

# Diligência no Sul desmente versão de Ibsen

BRASÍLIA — O resultado de uma diligência feita em Porto Alegre e entregue ontem à CPI da máfia do Orçamento complica ainda mais a situação do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). No relatório da diligência referente às condições de pagamento de um apartamento de luxo comprado por Ibsen Pinheiro em 1990, consta que o deputado mentiu sobre a origem dos recursos usados para a entrada de CR\$ 15 milhões (US\$ 126 mil). Ibsen disse em seu depoimento que a entrada fora paga com parte do dinheiro recebido na venda da Fazenda Butiá. Só que a fazenda foi vendida em junho de 1991 e a entrada do apartamento paga em novembro de 1990.

Segundo depoimento de Hector Dorfman, dono da Segamar, o pagamento do sinal e da maioria das prestações foi feito em dinheiro, em moeda nacional:

“O pagamento do sinal se deu à noite, na residência do comprador, e foi entregue ao vendedor o volume de dinheiro correspondente ao total de CR\$ 15 milhões. O volume de notas era



**Ibsen Pinheiro: situação cada vez mais complicada na CPI do Orçamento**

tanto que parte delas não coube no interior da maleta tipo Natan que portava, obrigando o vendedor a levar nos bolsos um maço de dinheiro” — diz um trecho do relatório feito pelos deputados Nélson Trad (PTB-MS) e Luiz Salomão (PDT-RJ).

Pelo relatório, Ibsen Pinheiro mentiu várias vezes, tanto sobre

a origem dos recursos quanto sobre o valor do imóvel. Ele declarou em seu depoimento que o preço do apartamento, uma cobertura na rua Eça de Queiroz, valia US\$ 140 mil aproximadamente. Mas o vendedor, o argentino Hector Dorfman, declarou que o preço ajustado no instrumento particular de compra e venda foi de US\$ 321.679.